

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): , MARLON ANDREY NUNES DA SILVA

O MITO DO LIVRE-MERCADO NOS ESTADOS UNIDOS: O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO NORTE-AMERICANO

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste trabalho é expor as contradições entre o discurso e a prática dos Estados Unidos, que pregam aos países subdesenvolvidos o livre-mercado como única via possível ao desenvolvimento, mas que em sua própria história, utilizou-se do Estado para desenhar o seu progresso econômico, industrial e social. Utilizando organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), os Estados Unidos juntamente com outras nações, têm “chutado à escada” do desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, nas palavras do economista Ha-Joon Chan, impedido assim o progresso desses países. Além disso, buscamos entender as etapas de desenvolvimento e os modos de expansão do “Gigante do Norte”, com o intento de tirar lições que podem ajudar os países em desenvolvimento, como o Brasil.

Por volta das décadas de 1940 e 1950, instituições como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, ajudaram os países em crise a equilibrar suas contas e a reconstruir suas economias, mas a partir da crise da dívida do terceiro mundo, em 1982, as coisas mudaram: esses órgãos econômicos passaram a ter um poder muito maior, usando o dinheiro para influenciar politicamente os rumos dos países enfraquecidos. Nos anos 1990, o FMI passou a condicionar os empréstimos à implantação das premissas neoliberais na economia dos países em desenvolvimento. Mesmo com fracos resultados, o neoliberalismo ainda persiste. Eles alegam que “não há alternativa” ao livre-mercado, defendendo que esse é o único caminho para a prosperidade.

Dentre as nações que mais pregam a abertura ao livre mercado, estão os Estados Unidos, que afirmam ser a única forma dos países atrasados e em desenvolvimento atingirem níveis altos de crescimento e renda. Mas quando fazemos uma revisão na própria história econômica norte-americana, descobrimos uma história bem diferente. No período colonial, sob domínio inglês, a América do Norte sofreu restrições que as outras colônias também sofreram. Adam Smith, que era inglês e conhecido como o “pai do liberalismo e do livre-mercado”, na sua obra mais famosa, “A riqueza das nações”, recomenda aos americanos a não desenvolverem suas manufaturas para não concorrerem com os ingleses. Podemos vê quão ideologicamente interesseiras eram as recomendações de Smith. Na América, Thomas Jefferson, alinhado às ideias de Smith, estava convencido de que o melhor seria a América permanecer agrária.

Atualmente, Smith é idolatrado na América, mas nos séculos XVIII e XIX, havia muita gente que discordava dele. Esses defendiam uma corrente de pensamento contrária a visão liberal de Smith, e pregavam que os Estados Unidos deveriam desenvolver indústrias através de proteção e subsídios do governo. Essa era a opinião de Alexander Hamilton, primeiro ministro de finanças dos Estados Unidos. Em 1791, Hamilton submeteu seu “Relatório sobre as Manufaturas” ao Congresso, com recomendações para desenvolver a indústria, todas em direção contrária as posições de Smith, como tarifas protecionistas, subsídios do governo, proibição de importações etc. Naquele contexto, o Congresso era dominado pelos grandes latifundiários, a quem interessava o livre-comércio com a Inglaterra industrializada. Cerca de trinta anos depois, em 1820, os Estados Unidos aproveitando-se da Guerra Anglo-Americana de 1812, implementaram o programa econômico de Alexander Hamilton.

Hamilton argumentava que, para assegurar a independência do país, os Estados Unidos precisavam ter uma sólida política de encorajamento ao crescimento da industrialização e assegurar seu futuro como um traço permanente do sistema econômico da nação. Esses objetivos ele sustentava que poderiam ser alcançados mediante: prêmios ou subsídios à indústria, regulamentação do comércio com moderadas tarifas alfandegárias, não para desencorajar a importação, mas para levantar receitas para apoiar a industrialização norte-americana mediante subsídios, e outros estímulos governamentais. Essas políticas não apenas promoveriam o crescimento da industrialização, mas também forneceriam diversificadas oportunidades de emprego e promoveriam a imigração para os jovens Estados Unidos, além de expandir as aplicações da tecnologia e da ciência para todos os setores, incluindo a agricultura.

Para Hamilton, as tarifas alfandegárias levantariam receitas para capitalizar a nação e encorajar a industrialização nacional: Proteger a indústria nascente norte-americana por um curto prazo, até que ela pudesse competir com as estrangeiras; levantar receitas para cobrir as despesas do governo federal e levantar receitas para apoiar diretamente a

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

industrialização mediante prêmios (subsídios). Hamilton argumentava que prêmios ou subsídios à indústria, os quais seriam financiados por fundos levantados por moderadas tarifas alfandegárias, seriam os melhores meios de expandir a industrialização sem diminuir a oferta ou elevar os preços dos bens. Tal estímulo mediante apoio direto tornariam os empreendimentos norte-americanos competitivos e independentes pela nação como um todo. Pretendiam encorajar o espírito de empreendimento, inovação e invenção em toda a nação; apoiar a abertura de estradas e canais para estimular o comércio interno; desenvolver um poder industrial independente do controle de poderes estrangeiros.

Como resultado das ideias de Hamilton, o governo federal passou a subsidiar o desenvolvimento, principalmente através das políticas de doação de terras, impulsionando a disseminação de escolas e gerando infra-estrutura de conhecimento para desenvolver o país. O governo também proporcionou a construção de ferrovias, melhorando a comunicação entre as diversas partes do país e dinamizou o escoamento produtivo. Na área da ciência, o governo investiu pesadamente em “políticas de conhecimento”, construindo escolas básicas, escolas técnicas, os *community colleges*, faculdades e universidade, além de fomentar a pesquisa em ciência e tecnologia.

Os Estados Unidos se tornaram país mais líder em tecnologia no século XX e já eram o país mais protecionista durante o século XIX até meados de 1920, além de ser a economia que mais crescia no mundo. Com suas indústrias já bem estabelecidas e com os principais concorrentes arrasados pela primeira guerra mundial, os norte-americanos se abriram ao “livre-comércio”, mas mesmo assim, eles encontraram outros meios para defender os seus interesses e pesar a balança a seu favor, no caso, o Banco Mundial, o FMI e a OMC.

A história nos conta que no estágio inicial de seu desenvolvimento, todos os países bem-sucedidos recorreram à mistura de proteção, subsídios e regulamentação para desenvolver sua economia. E por outro lado, o receituário neoliberal recomendado hoje aos países mais pobres tem trazido prejuízos aos que adotam como aumento da desigualdade, desemprego, pobreza, instabilidade econômica, com sucessivas ondas de crise entre outros problemas.

MATERIAL E MÉTODO

No desenvolvimento deste trabalho, utilizamos diversas fontes, documentos e textos escritos em forma de livros, artigos de acadêmicos e entrevistas em jornais e revistas. No trato dessas fontes, buscamos detectar as forças políticas e econômicas que impulsionaram o desenvolvimento norte-americano no século XIX. A nossa pesquisa consistiu em uma revisão da literatura da história econômica norte-americana, buscando investigar não aquilo que nos recomendam os porta-vozes de uma intelectualidade *mainstream*, que recomendam “boas” políticas de desenvolvimento para outras nações, no intento de atrasar o processo de desenvolvimento das mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa são parciais, pois este é um desdobramento de um trabalho maior, que estuda políticas de incentivo fiscal e desenvolvimento econômico e regional. Até o presente momento, detectamos que através de seus intelectuais *mainstream*, os Estados Unidos incentivam as nações em desenvolvimento a ser abrirem economicamente, afirmando que ao adotarem políticas neoliberais, estarão promovendo o crescimento e desenvolvimento de suas nações. Porém, quando analisamos a história econômica dos Estados Unidos, descobrimos que o Estado exerceu um papel fundamental no processo de desenvolvimento, sobretudo através das políticas de doação de terras, políticas de pesquisa e inovação, implantação de escolas, os *community colleges*, ferrovias, sistema de correios etc. Concluímos que, sem o Estado, a pátria do mercado não teria alcançado tamanho desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Percebemos que o discurso de que os Estados Unidos são a pátria do livre-comércio e do livre-mercado é somente uma parte da história. Ali, o Estado foi grande, pontual e eficiente, exercendo muita influência, alterando o curso das coisas, implementando políticas públicas, desenhando economicamente o país. Acreditamos que o estudo realizado sobre o desenvolvimento econômico norte-americano nos ajuda a entender um pouco sobre os Estados Unidos, mas serve também para pensarmos, no caso do Brasil - que é considerado um país em desenvolvimento -, o quanto uma participação pontual e cirúrgica do Estado pode alavancar o crescimento da nação.

10^o

FEPEG

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que nos orientaram nesse trabalho, dando dicas e sugestões. Agradeço aos colegas que nos ajudaram na produção desta pesquisa, pela colaboração e incentivo.

REFERÊNCIAS

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo - Editora UNESP, 2004.

HIRSCHMAN, Albert. As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. São Paul: Paz e Terra, 1977.

KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. Editora Contexto, 2007.

MORAES, Reginaldo C. Educação Superior nos Estados Unidos: História e Estrutura. São Paulo, Editora UNESP, 2015.

_____.; SILVA, Maitá de Paula e. *O peso do Estado na pátria do mercado*. 1ed, São Paulo - Editora UNESP, 2013.

ROBERTSON, R. M. História da economia americana. Rio de Janeiro: Record, 1967. 2v

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982.